

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Folha de São Paulo Class.: 284Data: 02.07.85 Pg.: \_\_\_\_\_**Índios caingangues decidem  
libertar reféns no Paraná**Do Correspondente em Londrina  
e Sucursal de Curitiba

Os índios caingangues da reserva Barão de Antonina, em São Jerônimo da Serra (PR), trezentos quilômetros a noroeste de Curitiba, fizeram acordo ontem com o presidente da Funai, Gérson da Silva Alves, o representante do Incra, Paulo Sommer, e o presidente do ITC (Instituto de Terras e Cartografia do Estado), José Bonifácio Cabral, e libertaram os quatro reféns que mantinham aprisionados desde sexta-feira passada em uma escola da reserva, que abriga quatrocentos índios. Forma soltos Cornélio Vieira de Oliveira (delegado regional da Funai em Londrina), Diney Dias de Almeida e Walter Pozzobon (do Incra) e Irineu Dallacorte (do ITC).

Os representantes do governo reconheceram o domínio indígena sobre toda a área de dois mil alqueires —remanescente de uma gleba primitiva de catorze mil alqueires—, dos quais 822 alqueires estão ocupados por 137 famílias de posseiros. Ficou acertado também que serão tomadas medidas para a desocupação da

propriedade Cedro, onde se encontram os posseiros, para que os índios possam, “tão logo seja possível”, ocupar a gleba.

Outra exigência indígena aceita pelas autoridades foi o afastamento do contingente policial militar de quarenta homens que vigiava a área (antes do sequestro, os índios ameaçavam invadir a gleba e expulsar à força os posseiros). Além disso, será enviado um trator para abrir a estrada de acesso do posto indígena Barão de Antonina ao Cedro e as autoridades se comprometeram a solucionar problemas de posse nos postos de Pinhalzinho (município de Guapirama) e Apucarana (município de Londrina) e garantir a segurança dos indígenas.

Após o acordo, os representantes do governo se reuniram com os posseiros e lhes garantiram que deverá ser desapropriada (até quinta-feira) uma área de 1.650 alqueires, próximo ao Cedro, para onde serão removidos. Os posseiros aceitaram a área, cuja localização do imóvel não foi revelada, para evitar ocupações antecipadas de outros sem-terra.